

(NEO)LIBERALISMO E *HOMO OECONOMICUS* COMO PERSPECTIVAS BIOPOLÍTICAS

Felipe Sampaio de Freitas*

Resumo: O seguinte artigo tem como finalidade abordar as questões presentes, principalmente no curso de 1979, de Michel Foucault, quais sejam, as de liberalismo, neoliberalismo e, no seio dessas duas, a do *homo oeconomicus*, apontando suas perspectivas bioeconômicas e biopolíticas, além de tecer-lhes uma análise crítica. O texto se apresentará em três momentos e terá como motor as obras de Foucault, principalmente o curso já citado, bem como, a análise de algumas das principais literaturas secundárias a respeito do tema.

Palavras-chave: Liberalismo; Neoliberalismo; Biopolítica, Bioeconomia.

(NEO)LIBERALISME ET L'*HOMO OECONOMICUS* COMME PERSPECTIVES BIOPOLITIQUES

Résumé: L'article suivant a pour but d'aborder les questions présentes, principalement, au cours de 1979, de Michel Foucault, c'est-à-dire, le libéralisme, le néolibéralisme, et, au sein de ces deux, l'*homo oeconomicus*, en montrant ses perspectives bioéconomiques et biopolitiques, en plus de leur faire une critique d'analyse. Le texte se présentera en trois moments et il aura pour moteur les œuvres de Foucault, principalement le cours déjà citée, ainsi que de quelques-unes des littératures secondaires plus importants sur le thème.

Mot-clès: Libéralisme ; Néolibéralisme ; Biopolitique ; Bioéconomie.

Introdução

“[...] por que é preciso governar? Ou seja: o que é que torna necessário que haja um governo e que finalidades deve ele perseguir, em relação à sociedade, para justificar sua existência.”
(Foucault. *Nascimento da biopolítica*, p. 434)

No âmbito dos estudos foucaultianos a figura do *homo oeconomicus* (homem econômico) é uma premissa importante, diríamos até “um chavão”, do conjunto

* Licenciado e mestre em filosofia pelo PPGFIL-UFPA. Durante o mestrado estudou as diversas nuances do termo biopolítica na obra de Michel Foucault. Doutorando em Psicologia Social pelo PPGP-UFPA, onde desenvolve pesquisa acerca da constituição de subjetividade na era da internet e da tecnologia, averiguando quais os principais impactos destes últimos no sujeito contemporâneo e no âmbito social. Professor da disciplina filosofia, do Ensino Fundamental II ao Ensino Médio, no Colégio Modelo/PA. E-mail: felipesampaiodefreitas@gmail.com ; ORCID : <https://orcid.org/0000-0001-9071-0652>

chamado de “analítica do poder”. Este termo é utilizado pelo filósofo francês principalmente no curso *Naissance de la Biopolitique* (1978/79) para designar o indivíduo moderno como “empresário de si”, ou, aquele que é “seu próprio capital”, “capital humano”, isto é, o indivíduo contemporâneo que faz da sua vivência um “modo de ser” produtivo.²³⁰ O ensejo significativo deste chavão resvala na mudança de temas e questões diretamente ligadas à economia, para uma análise de outro âmbito, qual seja, o social.²³¹ A título de exemplo, como muito bem menciona Maurizio Lazzarato, o contexto no qual o *homo oeconomicus* estaria inserido, nas sociedades contemporâneas, seria o de uma *bioeconomia*. Ou seja, encontrar-se-ia imerso à aspectos econômico-políticos que estariam adjuntos aos cálculos vitais, assim, influenciando-os.²³² Em outras palavras, a economia não poderia mais ser vista aquém do que é relativo à vida. Logo, o *homo oeconomicus* dá abertura interpretativa não só ao sujeito econômico – aquele que visa a riqueza e o lucro, evita o trabalho “desnecessário”, opera em prol do consumo e da produção própria – mas, também, ao sujeito social: aquele que se casa, cria filhos, comete delitos, etc.²³³

A análise que Foucault faz e profere a respeito desta questão, no curso de 79, apresenta-se de forma mais intensa nas últimas aulas deste ano de atividades no *Collège de France*. Apesar de ser pouco tempo destinado para um assunto tão complexo e antigo²³⁴, fica evidente que o mesmo oferece uma luz às questões anteriores de sua obra, tais como: a norma e o funcionamento do poder disciplinar; bem como, de assuntos paralelos, dos quais a psicologia figuraria como um caso. A biopolítica se insere neste debate na medida em que o sujeito moderno pode ser tido como “livre” para “bem agir”,

²³⁰ “L’*homo oeconomicus*, c’est un entrepreneur et un entrepreneur de lui-même. Et cette chose est si vraie que, pratiquement, ça va être l’enjeu de toutes les analyses que font les néolibéraux, de substituer à chaque instant, à l’*homo oeconomicus* partenaire de l’échange, un *homo oeconomicus* entrepreneur de lui-même son propre producteur, étant pour lui-même la source de [ses] revenus.” (cf. e.g. FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique* : cours au Collège de France (1978-1979). Paris: Gallimard/Seuil. 2004: p. 232)

²³¹ Ibidem. p. 271, 272.

²³² LAZZARATO, Maurizio. “Biopolítica/Bioeconomia”. In PASSOS, Izabel C. Friche (Org.). *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. BH: Autêntica Editora. 2013: p. 41-52.

²³³ FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 272.

²³⁴ N.B.: Esta discussão tem de pelo menos dois séculos. Além disso, encontra-se uma grande produção acadêmica que o discute, seja a respeito de sua origem ou morfologia, como sua ontologização e universalização de problemáticas. (cf. BROWN, Wendy. “Revisando Foucault: *homo politicus* e *homo oeconomicus*”. Trad.: Danielle G. Archela, Gustavo H. Dalaqua e Sibebe Paulino. in *Revista DoisPontos*., Curitiba: São Carlos, vol. 14, nº. 1, p. 265-288, 2017: p. 266. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dp.v14i1.48108>)

em torno de si e para si mesmo, marcando uma individualização de corpo e de *ethos*; bem como, na maneira em que os próprios sistemas econômicos – liberais, ou melhor, neoliberais – configuraram-se como peças importantes e articuladoras de uma intensa governamentalidade populacional, que não só gere a vida, mas que a constitui (ao nível individual e populacional). Como afirma Laura Bazzicalupo: “é justamente na indagação do *modus* governamental que encontramos a relação adequada entre poder e *bíos*, entre a vida conduzida e que conduz, vida governada e que governa.”²³⁵.

Um ano antes, no curso de 1978, Foucault lançara mão da discussão de diversos parâmetros históricos das chamadas *artes de governar*, cuja finalidade é a de “exercer o poder na forma e *segundo o modelo da economia*”²³⁶, algo que durante os séculos XVII e XVIII fora uma novidade, já que até então a economia era vista isoladamente. Figura também neste curso a temática da transição do Estado de soberania (feudal) para um Estado administrativo (gestor), entre outros temas.²³⁷ No curso precedente, a análise não difere do anterior. Desta vez, se debruçando sobre o matiz da arte de governar neoliberal, Foucault investiga alguns modelos econômicos, quais sejam, os da Escola de Chicago (neoliberalismo americano) e o modelo Ordoliberal (germano-europeu), para dar prosseguimento ao que vinha discutindo desde a última aula do curso *Il faut défendre la société*, de 1976, isto é, o já supracitado termo “biopolítica” (*biopolitique*). Não a esmo, este debate ocupa grande destaque nos cursos que prosseguiriam, em 78 e 79. Entretanto, sob outro viés: corriqueiramente, o econômico-político.

No curso de 79, o qual trataremos aqui, Foucault atribui ao modelo liberal de governo – mais precisamente, à governamentalidade neoliberal – o *locus* ideal, tanto para o desenvolvimento, quanto para o cotejo da biopolítica:

²³⁵ BAZZICALUPO. Laura. *Biopolítica: um mapa conceitual*. Trad.: Luisa Rabolini. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS. 2017: p. 54.

²³⁶ FOUCAULT. Michel, *Sécurité, territoire, population* : cours au Collège de France (1978-1979). Paris : Seuil/Gallimard. 2004: p. 98; (tradução nossa, grifos nossos).

²³⁷ Ibidem. p. 92.

Mas me parece que a análise da biopolítica não pode se fazer antes de nossa compreensão do regime geral dessa razão governamental que lhes falo, este regime geral o qual podemos chamar a questão de verdade, primeiramente, da verdade econômica no interior da razão governamental; e, por consequência, se compreendermos bem do que se trata este regime que é o liberalismo, o qual se opõe à razão de Estado – ou, mais ainda, [a] modifica fundamentalmente sem talvez por em causa seus fundamentos –; uma vez que soubermos o que era este regime governamental chamado liberalismo, que poderemos, parece-me, compreender o que é a biopolítica.²³⁸

Esta incursão, presente no pensamento de Foucault, se desenvolve por meio de um deslocamento histórico que perpassa a emergência do modelo econômico liberal no século XVIII, indo ao neoliberal, em meados do século XX. Analisaremos como a produção de um sujeito econômico está relativa a uma noção moderna de *bioeconomia*, sendo assim, uma perspectiva biopolítica.

O (neo)liberalismo em chave crítica

Tendo em vista o objeto deste artigo, de antemão, deve-se tomar nota de que *liberalismo* e *neoliberalismo* são designações possuidoras de vias diversas que, ora convergem, ora divergem. Dentre elas, as mais evidentes intersecções residem na temática da *liberdade*, mais especificamente, da *liberdade de mercado*. Em simples palavras: enquanto naquele a chamada “liberdade de mercado” era entendida como algo “natural” – o que, de fato, já era presente na *fisiocracia*, muito embora essa última ter constado, *grosso modo*, como uma tentativa de reforço das bases da soberania –; neste, levava-se em consideração que a liberdade deve (ou deveria) ser sempre movida e fundamentada através da competição.²³⁹

A emergência histórica do liberalismo coincide também com a própria história da democracia. Sendo assim, é difícil identificar o que há de democrático e liberal nas mesmas; ou seja, o liberalismo não teria sido sincrônico no plano histórico, fato este que, consecutivamente, torna impossível identificar um “momento fundador” que

²³⁸ FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique* : cours au Collège de France (1978-1979). Paris: Gallimard/Seuil. 2004: p. 24. (tradução nossa)

²³⁹ VEIGA-NETO, Alfredo. “Governamentalidade, neoliberalismo e educação” in BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Foucault: filosofia & política*. BH: Autêntica Editora, 2013: p. 38.

unifique as histórias diversas nos diferentes países os quais o liberalismo se apresentou. Além disso, não há um momento fundador/possibilitador, ou único do mesmo, podendo ser caracterizado através de um partido, movimento político, instituição, etc.²⁴⁰ Por exemplo, enquanto na Inglaterra pode-se apontar a Revolução Gloriosa (1688-1689)²⁴¹ como sendo de uma aberta manifestação “germinal” deste modelo, nos demais países europeus será um fenômeno muito mais comum e presente apenas no século XIX, aparecendo durante a modernidade, e tendo como *baricentro* a Europa. Do mesmo modo, o liberalismo fora percebido mais intensamente nos países onde houvera certa hegemonia cultural europeia na era da descolonização, como na Austrália, América Latina, parte da Índia e do Japão. E é o menos exportável entre os ideais políticos da Europa, se comparado a outros tipos de democracias, tais como, os diversos nacionalismos, socialismos; o catolicismo social, etc.²⁴²

Nos registros existentes a respeito dos inúmeros momentos liberais na historiografia moderna, façamos rápida menção ao liberalismo econômico da Escola de Manchester que, segundo Norberto Bobbio et. al., fora um tipo de liberalismo que defendera a liberdade como uma *incessante busca pela felicidade*²⁴³, para cada indivíduo. De fato, principalmente após o iluminismo, o sentido que se entrega ao

²⁴⁰ BOBBIO. Norberto, et al. *Dicionário de Política*. Trad.: Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1998: p. 686, 687.

²⁴¹ cf. e.g. HILL, Christopher. *The Century of Revolution (1603-1714)*. London & New York: Routledge Classics/Taylor & Francis e-Library, 2002: p. 273-276; Cap. 18: “Politics and Constitution: The Glorious Revolution”.

²⁴² BOBBIO. Norberto, et al. *Dicionário de Política*. Trad.: Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1998: p. 686, et. seq.

²⁴³ Bobbio atenta-nos para um problema: é que tal premissa também fora comum entre os Estados absolutistas. Ademais, este é um tema que possivelmente pode ser interligado também à noção de utilitarismo o qual, em linhas gerais, norteava-se pela mesma prerrogativa: a busca pela felicidade. Bentham coloca o princípio de utilidade como fundamento desse sistema “cujo objetivo consiste em construir o edifício da felicidade através da razão e da Lei.”²⁴³ O utilitarismo, segundo Bentham, tem como finalidade a *felicidade*, visto que ele é uma marca presente em qualquer objeto ou “coisa” que almeja “produzir ou proporcionar benefício, vantagem, prazer, bem ou a própria felicidade”²⁴³. Em uma de suas obras capitais, qual seja *An Introduction to the Principles of Moral and Legislation* (1786), sustenta que a sociedade não começa partindo do “todo” – ou, como ele mesmo diz: da *comunidade geral* –, mas pela parte, ou seja, centralizando-se no sujeito desta comunidade, cuja a soma dos indivíduos presentes no “todo” formariam o “corpo fictício” ou a sociedade. Sobre isto, Bentham comenta que “é inútil falar do interesse da comunidade, se não se compreender qual é o interesse do indivíduo” que, como sabemos, visa à felicidade. Para corroborar, ele define o *princípio de maior felicidade* da seguinte maneira “[...] o princípio da maior felicidade [...] estabelece a maior felicidade de todos aqueles cujo interesse está em jogo, como sendo a justa e adequada finalidade da ação humana. [...] A palavra ‘utilidade’ não ressalta as idéias de *prazer* ou *dor* com tanta clareza como o termo ‘felicidade’ [...]; tampouco o termo nos leva a considerar o *número* dos interesses afetados...” (cf. e.g. BENTHAM, Jeremy. *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*. In *Os Pensadores*. 1ª. ed. São Paulo: Abril Cultural & Industrial, v. XXXIV, 1974: p. 9, 10)

liberalismo recai sobre o "individualismo", i.e, definindo: não apenas a defesa radical do indivíduo, mas também, a contraposição a todo tipo de “sociedade intermediária” que se interpõe entre ele e o Estado. Neste sentido, no mercado, na política ou na economia, "o homem deve agir sozinho". Se o pensarmos sob outro aspecto sócio/institucional, tomando como baluarte a sociedade civil, atentemos que, na Inglaterra, durante o século XVII, o indivíduo se apresentava "naturalmente" incutido na sociedade, desembocando na ideia de que a liberdade individual sempre era avistada contrapondo-se à ideia de governo (tido como "um mal necessário").²⁴⁴

Avançando alguns séculos, no caso do modelo *neoliberal*, poderíamos pensar como peça-chave de interpretação a relação entre as “instituições e a ação individual”; há também o movimento crítico de se deixar de lado condutas econômicas “maximizadoras”, que antes – no liberalismo clássico (do ponto de vista de seu *laissez-faire*) – eram “naturalizadas” em prol de um “equilíbrio geral da economia”. Uma diferença capital que os autores do neoliberalismo dão às questões econômicas, reside para além da recusa do intervencionismo institucional respaldada através da busca pela *eficiência* mercadológica: “uma economia de mercado sem *laissez-faire*, isto é, uma política ativa sem dirigismos”²⁴⁵, dito de outra forma, que preza pela chamada *autogestão* (eficiência que, cabe lembrar, o modelo persegue, mas nunca chega à “perfeição”). É claro, dentre os autores neoliberais há divergências de opiniões: alguns economistas, principalmente se pensarmos em Louis Rougier (1889-1982) ou Walter Lippmann (1889-1974), bem como, os chamados “ordoliberais alemães”, mantiveram a necessidade de certas medidas e intervenções governamentais; conquanto, segundo Laval e Dardot, por erro de interpretação de alguns críticos, atribuiu-se que Ludwig Von Mises (1881-1973) teria apoiado-se fortemente sobre o princípio do *laissez-faire* e, conseqüentemente, aparentado um retorno ao liberalismo dogmático. Fato errôneo que gera um risco analítico, pois deixa de lado pontos importantes do pensamento econômico de Von Mises, principalmente, quanto à suas críticas. Retomando, para Foucault, seria, então, o (neo)liberalismo, a “valorização da concorrência e da empresa como forma geral da sociedade”, ou, em seu jargão, como *verdades* daquele momento. Inclusive, o filósofo de Poitiers comenta de forma ácida, em uma de suas aulas no curso

²⁴⁴ BOBBIO, Norberto, et al. op. cit.: p. 686 et. seq.

²⁴⁵ FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique* : cours au Collège de France (1978-1979). Paris : Gallimard/Seuil. 2004 : p. 137.

de 79, a corriqueira análise crítica do liberalismo feita na França de sua época a qual, segundo ele, era uma análise que atentava a velhos temas: Smith, Marx, Soljenitsin, etc.; e que contribuiria, em relação ao neoliberalismo, para não se “[...] fazer praticamente nada a seu respeito” (*sic*).²⁴⁶

Grosso modo, O ponto comum entre os modelos (liberal e neoliberal) reside na justificação da limitação do Estado “em nome do mercado”; bem como, da importância da liberdade avistada na “máquina econômica”, além de sua já dita *eficácia*. Suas vias se bifurcam na medida em que, no modelo liberal, a economia de mercado deverá ser um recorte a se adequar a um Estado pré-configurado ou “dado”, como se fosse parte de uma natureza primitiva, uma peça posta por último no “quebra-cabeças” da sociedade. No modelo neoliberal, ocorre justamente o contrário: busca-se regular de maneira global o poder político, tendo como base a economia de mercado, a qual é pensada por meio de uma nova *arte de governar* e de novos princípios formais.²⁴⁷

Esta série de mudanças expostas no curso de 79 ilustram a reinterpretação do liberalismo econômico, feita em julho de 1939, durante o Colóquio “Walter Lippmann”. Este último reuniu diversos dos grandes nomes²⁴⁸ da economia mundial, sendo organizado por ocasião da publicação da tradução para o francês do livro *La cité libre* (*A cidade livre*, 1938), do mesmo autor que deu nome ao evento: ainda carregando informações que, de certo modo, rememoram o liberalismo clássico, a obra também “apresenta elementos que fazem parte do neoliberalismo”. Seguindo pela via do distanciamento entre os modelos econômicos (para sanar eventuais dúvidas): enquanto o liberalismo ostentou um caráter de *laissez-faire*, ou seja, um *modus operandi* que entregou certa liberdade de mercado, em pleno século XVIII, e no seio de um Estado policial (*Polizeiwissenschaft*), nos restaria a dúvida: como, justamente, fora possível tal liberdade? (Já que o Estado é quem gere tudo e quem entrega a todos os indivíduos a autonomia, a profissão, os privilégios, etc.). É este o problema exposto por Foucault: reiterando, a passagem do modelo liberal ao neoliberal foi necessariamente marcada pelo esquecimento de um “dirigismo” do Estado. Por outro lado, a mecânica do *laissez-*

²⁴⁶ cf. e.g. Ibidem. p. 135-137 ; LAVAL, Christian, & DARDOT, Pierre. *A Nova Razão do Mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad.: Mariana Echalar. SP: Boitempo. 2016: p. 197, 198 (Kindle Edition).

²⁴⁷ cf. e.g. Ibidem. loc. cit.; Ibidem. loc. cit.

²⁴⁸ No evento estiveram, por exemplo, Röpke (1899-1966), Rüstow (1885-1963), Von Mises (1881-1973), Rueff (1896-1978), Marjolin (1911-1986), Aron (1905-1983), etc.

faire, advinda do liberalismo clássico de Smith e Ricardo, permitiu ao Estado continuar governando os indivíduos e visando o “enriquecimento”, tanto de crescimento, como de *poder*. Brevemente falando, a ideia era “alcançar mais Estado com menos governo: era essa, em suma, a resposta do século XVIII”.²⁴⁹

E esse era o grande problema levantado pelos neoliberais, isto é, na medida em que o Estado ainda atuava pelos bastidores dos jogos de poder estabelecidos no âmbito social, continuou dirigindo a sociedade, mesmo quando permaneceu entregando ao corpo social uma dita liberdade, seja de mercado ou de qualquer outro tipo. “Como a liberdade econômica pode ser ao mesmo tempo fundadora e limitadora, garantia e caução de um Estado?”²⁵⁰. Quer dizer, dever-se-ia possibilitar uma estrutura “real” de mercado que possibilitaria a concorrência “pura” no centro do liberalismo clássico, e, como menciona Foucault: “[...] sob o signo de uma vigilância, de uma atividade, de uma intervenção permanente”. Esses eram os tomos principais do neoliberalismo: repelir a naturalização do mercado em detrimento a uma política, de fato, não dirigida.²⁵¹

Ora, na maneira como é exposto o argumento, entende-se que a interpretação de Foucault, acerca do neoliberalismo, *reverte* o que comumente se pensa a respeito deste modelo, entregando-lhe “suavidade”, ou “otimismo”. Devemos entender que o filósofo francês não enxerga o liberalismo, tampouco sua ressignificação, como uma teoria econômica, ou, ainda como uma ideologia política: ele é uma arte de governo, necessariamente, de governo da vida. Esta arte de governo introduz uma nova racionalidade governamental que rompe, efetivamente, com o modelo medieval de dominação e a razão de Estado moderna. Essa mesma dinâmica de governo da vida é, em última instância, um vetor constituidor de subjetividades (mercadológicas). Este é o ponto biopolítico presente na discussão neoliberal.

À *guisa de exemplificação*: em países como os Estados Unidos, onde o modelo neoliberal impera há pelo menos meio século, existem altas taxas de competitividade entre empresas, sejam elas pequenas ou grandes. Isso gera força motriz para os preceitos que, há muito, já conhecemos a respeito deste modelo, a saber: liberações econômicas

²⁴⁹ cf. e.g. FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique : cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard/Seuil. 2004: p. 106.

²⁵⁰ Ibidem. loc. cit.

²⁵¹ Ibidem. p. 137.

extensas, privatizações de empresas estatais, a chamada austeridade fiscal, o livre comércio, a desregulamentação cambial, cortes de despesas governamentais; enfim, o implante de um “Estado mínimo”, bem como, o reforço do setor privado.²⁵² No Brasil, mais ou menos a partir da década de 30, acontecera o inverso: houve o implante do “desenvolvimentismo” que, em outros termos, remete a um período em que o Estado esteve intervindo fortemente, política e economicamente, nos setores sociais. Dentre os principais ganhos destas medidas, podemos citar: a instituição do salário mínimo, “a reestruturação de uma rede de bancos oficiais com vistas a resolver a questão relativa ao financiamento do processo de acumulação”, a dinamização do setor produtivo de bens de capital (máquinas, equipamentos e instalações) e de insumos básicos, etc. Contudo, este processo entrou em profunda crise, principalmente com a chamada “década perdida”, tendo seu estopim entre os anos 1989/1990. Com o esgotamento deste modelo “intervencionista estatal”, apresentado à nação em 1930, o Brasil seria um dos últimos países latino-americanos a entrar no eixo e na engrenagem da *liberalização* financeira, a partir da década de 90.²⁵³

Isto é, o liberalismo, ou melhor, o neoliberalismo, é um sistema que, “na teoria”, funciona muito bem. No entanto, quando partimos para o campo prático, atestamos o contrário. Maurizio Lazzarato, por exemplo, em seu livro recente, *O Governo do Homem Endividado* (2017), tece duras críticas ao modelo neoliberal norte-americano, tomando como eixo teórico os estudos de Michel Foucault referentes aos cursos de 78 e 79. O sociólogo italiano mobiliza-os para pensar a questão da dívida financeira, à qual os indivíduos contemporâneos estão comumente expostos. Ele afirma que

²⁵² BOAS, Taylor C. & GANS-MORSE, Jordan. “Neoliberalism: from new liberal philosophy to anti-liberal slogan” in *Studies in Comparative International Development*. vol. 44, Issue 2, Jun/2009, pp. 137-161. ISSN: 1936-6167. DOI 10.1007/s12116-009-9040-5. Devemos levar em conta de que este é um exame que Foucault constantemente denota de forma *crítica*, devido ao modelo *neoliberal*, segundo o mesmo, ainda manter relações com o Estado. Todavia, é necessário entender *como* se dá esta relação que, é claro, consoma-se de forma diferente em relação a modelos totalizadores, isto é, aqueles em que o Estado intervém diretamente na economia.

²⁵³ TAVARES, M^a da C. & MELIN, L. Eduardo. “Mitos globais e fatos regionais.” In FIORI, J. L, Lourenço, M. S. & NORONHA, J. C. (Orgs.) *Globalização: o fato e o mito*. RJ: EdUERJ. 1998: p. 41-54.

Nos Estados Unidos, dois terços dos diplomados saem endividados da Universidade. O número de pessoas que se endividaram para terminar seus estudos corresponde hoje a 37 milhões. As pessoas se endividam antes de entrar no mercado de trabalho e se endividam para o resto de suas vidas. [...] O endividamento de estudantes manifesta de maneira exemplar a estratégia neoliberal aplicada desde os anos 1970: a substituição de direitos sociais (direitos à formação, à saúde, à aposentadoria etc.) pelo acesso ao crédito, quer dizer, pelo direito de contrair dívidas...²⁵⁴

Seríamos néscios se não percebêssemos os percalços encrustados neste modelo. Principalmente quando refletimos um pouco mais a fundo sobre a situação da América Latina (elencando a Argentina como exemplo), frente ao avanço do neoliberalismo. Constata-se que, inclusive, no Brasil, o modelo quase nunca, ou, pouco “deu certo”; se for coerente e permitido elencarmos o exemplo norte-americano, e, é claro, isso não quer dizer uma concordância ou aceitabilidade de nossa parte para com este.²⁵⁵

Como de praxe, Foucault apresenta o passo-a-passo de suas indagações logo no começo de seus cursos. Ainda na “Aula de 17 de janeiro de 1979”, quando expôs sua metodologia, atenta que seria necessário mostrar a “inteligibilização do mercado” como *veridicção*. Ou seja, mostrar *como* o mesmo foi *possível*, muito mais que demonstrar sua *origem*:

²⁵⁴ LAZZARATO, Maurizio. *O Governo do Homem Endividado*. Trad.: Daniel P. P. da Costa. SP: N-1 Edições. 2017: p. 62-64.

²⁵⁵ Para ilustrar melhor esta reflexão, cf.: BURNS, Tyler. “O Estado do neoliberalismo na Argentina”. Trad.: Rebeca Ávila. In *Ópera: Revista independente*. 13-02-2019. Link: <https://revistaopera.com.br/2019/02/13/o-estado-do-neoliberalismo-na-argentina/>; CARNEIRO. Marina. “Entenda a crise cambial que levou a Argentina de novo ao FMI” In *Folha de São Paulo*. 09-05-2018. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/entenda-crise-cambial-que-levou-a-argentina-de-novo-ao-fmi.shtml>; PORTO. Maria Célia da Silva. “Estado e Neoliberalismo no Brasil contemporâneo: implicações para as políticas sociais” in *IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*, UFMA/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís/MA: 25 a 28 de Agosto de 2009: s/p. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf

Dito de outro modo, não creio que devamos pesquisar – e, por consequência, não penso que possamos achar – a causa da constituição do mercado como instância de veridicção. O que haveria de ser feito, se quiséssemos analisar este fenômeno, absolutamente fundamental, creio, na história da governamentalidade ocidental, esta irrupção do mercado como princípio de veridicção, [seria] simplesmente efetuar, a relação destes diferentes fenômenos que evoquei neste instante, a relação de inteligibilização destes processos. Demonstrar como ele foi possível, isto é, não mostrar que teria sido necessário – o que é de todo modo uma tarefa vã –, não mais mostrar também que é um possível, um dos possíveis num campo indeterminado de possíveis... Digamos que o que permite fazer inteligível o real é mostrar, simplesmente, que ele foi possível. Que o real seja possível, é isso que o torna inteligível.²⁵⁶

Essa tal “possibilidade” teria consigo um aparato histórico que permitiria a incursão feita por Foucault: é muito mais prática e do campo do real, avessa a uma ideia tradicional de se pensar um mercado como natureza quase que “orgânica”, presente desde sempre no meio social. Foucault, analisando a passagem do século XIX ao XX, identifica que o antigo *modus operandi* de uma arte de governar liberal buscava o auto-fortalecimento – via de regra, por meio de uma série de intervenções – naquele Estado que chamou de “frugal”, ou seja, que agia prolificamente por meio de regulamentações e era mantenedor de um “preço justo”, tanto para o produtor, quanto para o consumidor; isto é, aquele Estado que versava conquanto uma “justiça distributiva”, a qual se traduzia por uma intensa gama de processos que permitiriam a todos o acesso à alimentação, ao direito à compra, etc.; e que buscava, de todo modo, assegurar a sociedade contra fraudes; acima de tudo, que “era um lugar de jurisdição”; e esse Estado, ou melhor, esse modelo de razão de Estado, falhará, dando lugar à outra configuração.²⁵⁷

Podemos, então, começar a genealogia do desenvolvimento deste debate partindo da questão do mercantilismo: essa antiga arte de governar, que é oriunda do século XVIII, antepara-se em três pontos cruciais, recapitulando: 1- na guia econômica: sua “forma de governo” era assentada no mercantilismo, o qual, de todo modo, segundo Foucault, “é algo bem diferente de uma doutrina econômica”, pois ele atua muito mais como um fator organizacional, de produção e de circuitos comerciais que asseguram,

²⁵⁶ FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique* : cours au Collège de France (1978-1979). Paris: Gallimard/Seuil. 2004: p. 35. (tradução nossa)

²⁵⁷ Ibidem. 31, 32.

assim, primeiramente, o enriquecimento do Estado; secundariamente, a saúde, bem como, o crescimento populacional; e, por fim, perdurando em uma relação de enfrentamento mercadológico (de concorrência) entre as demais potências mercantilistas; 2- a sua gestão interna era mantida pelo mecanismo policial de modos de ser, atuar, cuidar, gerir; em suma, era gestor; 3- matinha uma diplomacia “militar”, ou seja, fortalecia o exército e fronteiras, não para uma guerra constante e imperial, mas para salvaguardar a paz e uma dita hegemonia territorial, através da diplomacia. Logo, para que fosse possível haver uma “pluralidade” e um “equilíbrio” entre os Estados.²⁵⁸ “Mercantilismo portanto, Estado de polícia por outro lado, balança europeia: tudo isso é que fora o corpo concreto dessa arte de governar que se pautava pelo princípio da razão de Estado”; isto é, o mercantilismo.²⁵⁹

A passagem para qual se deu o liberalismo econômico e que o fincou como pedra fixa do exercício das relações de poder – principalmente de mercado –, condizia também com o estabelecimento de um novo regime de verdade: o princípio do “deixai-nos fazer”. Colocou-se, então, ainda no século XVIII, uma razão de “autolimitação da razão governamental”, isto é, um “novo tipo de cálculo”, uma “fobia”, segundo Foucault nos simplifica, que traduziu-se por uma máxima que também é uma questão: “aceito, quero, projeto, calculo que não se deve mexer em nada disso?” Para encerrar esta seção, vamos sublinhar a visão de Foucault sobre o liberalismo. Pois bem, para ele, “o liberalismo é uma prática”.²⁶⁰ Esta prática, convém dizer, atua por meio de métodos e limites próprios – do Estado e do governo – que agem em torno de questões, tais como: a constituição/parlamento; a opinião/imprensa; as comissões/inquéritos, em suma, através do meio sócio-político e, porque não, cultural. Por ser um *modus* moderno de governo, pode-se elencá-lo como um tipo de governamentalidade. Não mais aquela pautada na razão de Estado, mas sobreposta justamente ao redor da limitação governamental; limites estes fincados em termos de “veridicção”. Convém também assinalar que, para Foucault, o direito e os limites jurídicos impetrados através dele afirmam o liberalismo, por meio, é claro, de tensões. “Essa tarefa é a de estabelecer em direito a autolimitação que o saber prescreve a um governo”. Há, então, segundo nos

²⁵⁸ Ibidem. p. 7.

²⁵⁹ Ibidem. loc. cit.

²⁶⁰ FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique : cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris : Gallimard/Seuil. 2004 : p. 23.

conta o filósofo, uma tarefa: questionar esta *ratio* governamental, i.e, indicar sua autolimitação, pois assim se estabelecem, de uma só vez, o que se deve fazer/deixar estar livre; e, se for necessário, entregar todos os direitos ao cidadão (de moradia, emprego, etc.), onde o governo só se forma e se autorregula se, por meio disso, passar, sendo de suma importância, então, a largada de mão do “imperialismo”. Mas, apenas do imperialismo territorial e feudal: a concorrência deve, em absoluto, agir de forma também imperial. A biopolítica, então, vai outra vez se afirmar na medida em que o Estado versar sobre a dita população que deverá ser administrada.²⁶¹

“O Estado não tem essência”: é a resposta que Foucault nos entrega para uma possível dúvida metodológica que se geraria em seu leitor a respeito de sua recusa em estabelecer uma teoria de Estado, pois esse ato conduziria, segundo tal, à análise das questões “em si” e por “natureza”, do mesmo. Deste modo, ficariam de lado as práticas, relações, vieses, enfim, as características passíveis de constatação dos eventos decorrentes *do* e *no* Estado. Ao invés disso, seria muito mais interessante investigá-lo a partir de suas “práticas de governamentalidade”, onde o liberalismo e neoliberalismo são novas versões.²⁶² O interessante disto tudo é pensar que, por serem práticas, fazem parte também da constituição de um *ethos*, hoje, contemporâneo. Como visto no início do texto, a figura de um *homo oeconomicus* marca uma transição para com a ideia de um sujeito de direto. Veremos agora como esta constituição de subjetividade pode ser atribuída.

Comportamento e interesse: peças-chave da bioeconomia

Bastaria refletirmos sobre o que nos rodeia para averiguarmos um pouco de algumas “manifestações” deste tema, e, assim, facilmente encontrarmos, hoje, profissionais especializados, em áreas diversas da psicologia (por exemplo), atuando no mercado empresarial, seja para dar palestras motivacionais; os chamados *coachs*; ou para promover cursos diversos com temas como os da “oratória”; “técnicas para se

²⁶¹ Ibidem. p. 23, 24.

²⁶² FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique : cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris : Gallimard/Seuil. 2004 : p. 79, 80.

portar bem em uma entrevista de emprego”; desembocando até mesmo em “como preparar um bom *curriculum vitae*”, etc. Isto reflete certa característica do *homo oeconomicus*, qual seja, a empreitada de sempre atuar como um “auto-empresário”, isto é, aquele que é em si mesmo uma fonte de produção constante.

Seria o behaviorista radical Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), segundo Foucault, o ponto de emergência deste envolvimento de técnicas comportamentais para com a economia neoliberal, já que, tanto na economia, quanto na psicologia comportamental, é importante “saber como um dado jogo de estímulos vai poder, por mecanismos ditos de reforço” acarretar “respostas cuja sistematicidade poderá ser notada e a partir da qual poderemos introduzir outras variáveis de comportamento...”.²⁶³ Este mecanismo de averiguação da *sistematicidade* do comportamento muito bem pode ser aplicado à análises de mercado.

De certo modo, entende-se que o *homo oeconomicus* está submerso na sistematicidade governamental, ou seja, a governamentalidade neoliberal seria como que o seu lugar *par excellence*. Mais ainda, como aponta Lagasnerie, o instrumento do neoliberalismo – o *homo oeconomicus* – “é a grade de inteligibilidade de todos os atores e todas as ações”, isto se dá devido a oposição entre a forma antiga de se enxergar o homem – compartimentado, que pensava ações econômicas só e somente para fins econômicos – e sua nova maneira: em torno da coerência e unificação de seus “valores sociais, morais, políticos”.²⁶⁴ Deve-se ainda ressaltar: o homem econômico é aquele em que “não se deva mexer”, ou seja, é justamente o contrário: aquele que se deve “deixar fazer”. Ele é aquele que “aceita a realidade” e se adequa a ela, nas mais variadas mudanças que a mesma possa apresentar. Em sua mais alta definição, Foucault nos mostra que ele é o “*vis-à-vis*”, ou, um elemento de base – para a nova razão governamental que se cunhou no decorrer do século XVIII.²⁶⁵

Não há, de fato, um ponto seguro de emergência deste *homo oeconomicus*, ou seja, um período determinado historicamente em que o mesmo viria a surgir. O filósofo de Poitiers faz uso, e um uso arbitrário (como ele próprio menciona), então, do período

²⁶³ cf. Ibidem. p. 274 (tradução nossa).

²⁶⁴ LAGASNERIE, Geoffroy de. *A última lição de Michel Foucault: sobre o neoliberalismo, a teoria e a política*. Tradução: André Telles. SP: Três Estrelas. 2013: p. 149.

²⁶⁵ FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique : cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris : Gallimard/Seuil. 2004 : p. 275.

em que, na Inglaterra, se discutiu a teoria do sujeito, por meio do empirismo filosófico, para traçar sua genealogia. Este caminho se apresenta através de John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1776). Destes dois, imediatamente daremos atenção ao último, por ser ele, segundo Foucault, quem delimitou a noção de *sujeito de interesse*.

“Interesse”. Qual sentido possui esta palavra/termo, na filosofia do francês, para o entendimento da questão do “homem econômico”?

Pensando bem, todas as ações que podemos tomar ao nosso redor partem da escolha. E esta última remete sempre às vistas de nosso interesse: desde um curso superior em uma universidade conceituada, passando por qual empresa queremos trabalhar, indo até a questão *em qual escola matricularemos nossos filhos?* Tudo, dentre as mais variadas relações de poder, seria advindo da questão “qual meu interesse sobre isso?”. Este interesse, ou também, *vontade*, é uma ação “imediate e absolutamente subjetiva”.²⁶⁶ Desta forma, seria o *homo oeconomicus* um *sujeito de interesse*, isto é, aquele que visa sempre o seu *próprio* interesse, em suas medidas, querereres e possibilidades, dentro da *ratio* governamental do (neo)liberalismo.²⁶⁷

Nesta análise, reside também uma dicotomia: se estamos nos limites do contrato social, ou seja, aquele em que cede-se liberdade para ter, em troca, “direitos naturais”, seríamos muito mais *homo juridicus* do que *homo oeconomicus*, ou seja, *sujeitos de direito* em detrimento a sermos *sujeitos econômicos*.²⁶⁸ E, além de tudo, estaríamos incutidos numa ótica de proibições e normas, ao contrário do que seria apto na mecânica dos interesses: nela nunca se pede renúncia ao sujeito, este último nunca retrocede os seus interesses. Em contrapartida a isso, no mundo contemporâneo, como afirma Foucault

²⁶⁶ Ibidem. p. 277.

²⁶⁷ Ibidem. p. 277, 278.

²⁶⁸ LAZZARATO, Maurizio. « Du biopouvoir à la biopolitique », *Multitudes*, 2000/1 (nº 1), p. 45-57. DOI : 10.3917/mut.001.0045

O sujeito de direito não vem tomar lugar no sujeito de interesse. O sujeito de interesse permanece, subsiste e continua até o momento onde há estrutura jurídica, até o momento cujo contrato existe. Durante todo o tempo onde a lei existe, o sujeito de interesse continua a existir. Ele permanece transbordando a sujeito de direito. Ele é, então, irreduzível ao sujeito de direito. Ele não é absorvido por ele. Ele transborda, contorna, está em condição de funcionamento permanente. Logo, em relação à vontade jurídica, o interesse constitui um irreduzível.²⁶⁹

O *homo legalis*, ou, *homo juridicus*, seria totalmente heterogêneo ao *homo oeconomicus*, apesar dos dois residirem nos mesmos espaços, afinal, vivemos ainda sob regimes de leis e normas. Foucault menciona o muito conhecido texto em que Adam Smith (1723-1790) menciona a famosa alegoria da “mão invisível” que rege o mercado, qual seja, *Uma investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* (1776), diz o inglês que

Preferindo o sucesso da indústria nacional ao da indústria estrangeira, o comerciante só pensa em obter pessoalmente maior segurança; dirigindo essa indústria de maneira que seu produto tenha o maior valor possível, o comerciante pensa apenas em seu próprio ganho; nesse e em muitos outros casos, ele é conduzido por uma mão invisível para alcançar um fim que não está em absoluto nas suas intenções.²⁷⁰

Esta mão invisível, segundo a crítica de Foucault, regeria o mercado por meio de uma espécie de *otimismo* econômico, ou, um pensamento “teológico” da ordem natural. Ela é um ponto de análise também correlativo ao *homo oeconomicus* que, segundo o francês, possui essa “mecânica bizarra que faz funcionar [...] como sujeito de interesse individual no interior de uma totalidade que lhe escapa e que, portanto, funda a racionalidade de suas ações egoístas”.²⁷¹ Desta análise se extraem questões interessantes: além de um otimismo mercadológico, essa mão invisível seria tal como um Deus de extensão inteligível, possuidor de povos e superfícies onde haveriam mercados, comerciantes, navios, etc., ou seja, como dito, está ancorada em uma noção *teológica*. E, lendo mais atentamente Smith, atribui-se também que agiríamos por nosso

²⁶⁹ FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique : cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris : Gallimard/Seuil. 2004 : p. 278 (tradução nossa).

²⁷⁰ Ibidem. p. 282 (tradução nossa).

²⁷¹ Ibidem. loc. cit. (tradução nossa).

próprio interesse econômico, sempre. Logo, o comerciante, no mais alto patamar, nunca age pensando no próximo e, mesmo a sociedade, não teria essa tendência. Extrai-se disso, também, que o bem coletivo não deve ser visado, pois dele não podemos ter o controle, ou o cálculo exato de seus custos.²⁷²

Na sua versão contemporânea, o liberalismo, metamorfoseado para neoliberalismo, perderia tal dimensão teológica, tendo como base apenas a economia. É célebre a frase de Foucault sobre a economia – ela é também uma crítica ao liberalismo clássico –, segundo o filósofo de Poitiers, a mesma deve ser

[...] uma disciplina atéia; a economia é uma disciplina sem Deus; a economia é uma disciplina sem totalidade; a economia é uma disciplina que começa a manifestar não apenas a inutilidade, mas a impossibilidade de um ponto de vista soberano, de um ponto de vista do soberano sobre a totalidade do Estado que ele tem de governar.²⁷³

Ou seja, mesmo o soberano não poderia dar conta dos eventos econômicos em sua totalidade. Ele pode deter tudo, todavia, não o mercado. A economia seria, assim, como uma crítica da razão “governamental”. O *homo oeconomicus*, tal como a economia, assumiria um “viés que pode ser qualificado como bioeconômico no sentido de configurar um implante estrutural e direto do econômico nas dinâmicas do ser vivente”²⁷⁴.

Quanto mais a economia se torna cognitiva e imaterial, orientada a um mercado de serviços, tanto mais o capital humano posto em jogo envolve toda a unidade psicofísica do empreendedor-trabalhador e influencia bioeconomicamente a articulação das suas relações sociais, desestruturando-as e representando-as na forma de relação social adequada ao mercado.²⁷⁵

Para finalizar, nota-se que uma das características da subjetividade constituída através da ideia moderna de *homo oeconomicus*, a do eventual sucesso financeiro, por

²⁷² FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique* : cours au Collège de France (1978-1979). Paris : Gallimard/Seuil. 2004 : p. 283.

²⁷³ Ibidem. p. 285, 286 (tradução nossa).

²⁷⁴ BAZZICALUPO, Laura. *Biopolítica: um mapa conceitual*. Trad.: Luisa Rabolini. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS. 2017: p. 82.

²⁷⁵ LAGASNERIE, Geoffroy de. *A última lição de Michel Foucault: sobre o neoliberalismo, a teoria e a política*. Trad.: André Telles. SP: Três Estrelas. 2013: p. 84.

meio do empresariamento de si, pautado na lógica do interesse, possui vieses bifurcados em suas análises. Isto é, tanto a lógica neoliberal entrega ao indivíduo uma sensação de “sucesso próprio”, devido aos ganhos econômicos-sociais, em termos de acúmulo de capital; quanto, segundo Hamann – indo um pouco mais além da já mencionada ideia de liberdade – condiz, do mesmo modo, para com a própria racionalização das atividades vitais dos sujeitos neoliberais, o que, entre outras palavras quer dizer: se se está em uma posição marginal na sociedade, isto se deve a uma falha, ou, fraca tentativa, de busca por capital humano, endossando, assim, uma visão ética acerca da questão. A culpa da marginalidade do indivíduo, em relação aos outros, ou, entre outras palavras, de sua não produção de capital humano, seria dele mesmo, dentro da lógica neoliberal.²⁷⁶ Coadunamos com Hamann quando este também menciona que a análise biopolítica das formas de controle biológico presentes em nossa sociedade se intensificou no registro neoliberal de tal maneira que Foucault considerou “relevante o suficiente para examinar e discutir em suas aulas de 1978-1979 em maior profundidade do que havia planejado antes”.²⁷⁷

Na verdade, poucos seguem, de fato, a maneira a qual Foucault faz uso do neoliberalismo, que é a de uma “estrutura geral” ou de uma “condição de inteligibilidade da biopolítica”. Então, a caracterização do neoliberalismo, no escopo foucaultiano, seria como a de um pano de fundo para análise da biopolítica, mas com um adendo, segundo Lemke, que “refere-se também a processos de subjetivação e de formação estatal”²⁷⁸. Logo, tendo a figura do *homo oeconomicus* como epicentro da questão (no caso do neoliberalismo econômico, antecedida pela emergência da economia política em substituição ao mercantilismo e ao cameralismo, no caso do liberalismo econômico). A biopolítica tem o foco analítico expandido durante os cursos de 78 e 79, quando não mais atenta somente à regularização da população do ponto de vista de quem deve morrer ou viver nas sociedades, mas a partir da “investigação dos

²⁷⁶ HAMANN, Trent H. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. In. *ecopolítica*, 3: 99-133, Trad. André Degenszajn. 2012, p. 104, 105.

²⁷⁷ Ibidem. p. 117.

²⁷⁸ LEMKE, Thomas. *Foucault, governamentalidade e crítica*. Tradução: Mário Antunes Marino & Eduardo Altheman C. Santos. SP: Editora Filosófica Politeia. 2017: p. 61.

processos de subjetivação e das formas morais de existência”, com a inserção da análise do “governo”: “surge a questão de como os sujeitos devem ser governados”.²⁷⁹

Como sugerem muito apropriadamente Laval e Dardot, esta herança de um tal “subjetivismo” neoliberal, isto é, como já vimos, a da formatação da subjetividade concorrencial, em grande medida se deve à tradição austro-americana nas figuras de Mises e Hayek. Logo, poderíamos dizer que, em grande medida, somos atingidos direta ou indiretamente pelos efeitos do modelo; podemos nos encontrar ativos e resistentes; passivos ou normalizados; conscientes ou inconscientes; a um tipo de “conduta” “que tenta superar e ultrapassar os outros na descoberta de novas oportunidades de lucro”, sendo, então, a doutrina austríaca neoliberal, uma espécie *agon* o qual finca em nossa constituição subjetiva ideias como as de “competição e rivalidade”.²⁸⁰ Até onde e quando o neoliberalismo seria capaz de “remoldar” nossa subjetividade? Esta talvez seja uma pergunta para outras gerações responderem. Hoje, este ainda é o grande desafio analítico e crítico dos intelectuais contemporâneos: entregar instrumentais para que a resistência (ou amenização dos efeitos) ao capital se dê de maneira eficaz; visto que, como sabemos, o mesmo, atualmente, reverte-se de variadas formas *antissociais* e *antiprogressistas* de governo das vidas. Fica então o convite para reflexão: como resistir e este sútil e, aparentemente, imanente exercício de poder?

Bibliografia:

BAZZICALUPO, Laura. *Biopolítica: um mapa conceitual*. Trad.: Luisa Rabolini. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS. 2017.

BENTHAM, Jeremy. *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*. In *Os Pensadores*. 1ª. ed. São Paulo: Abril Cultural & Industrial, v. XXXIV, 1974.

BOAS, Taylor C. & GANS-MORSE, Jordan. “Neoliberalism: from new liberal philosophy to anti-liberal slogan” in *Studies in Comparative International Development*. vol. 44, Issue 2, Jun/2009, pp. 137-161. ISSN: 1936-6167. DOI 10.1007/s12116-009-9040-5.

BOBBIO, Norberto, et al. *Dicionário de Política*. Trad.: Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1998.

²⁷⁹ Ibidem. p. 64.

²⁸⁰ LAVAL, Christian, & DARDOT, Pierre. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad.: Mariana Echalar. SP: Boitempo. 2016: p. 200. (Kindle Edition)

BROWN, Wendy. “Revisando Foucault: *homo politicus* e *homo oeconomicus*”. Trad.: Danielle G. Archela, Gustavo H. Dalaqua e Sibeles Paulino. in *Revista DoisPontos.*, Curitiba: São Carlos, vol. 14, nº. 1, p. 265-288, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dp.v14i1.48108>

BURNS, Tyler. “O Estado do neoliberalismo na Argentina”. Trad.: Rebeca Ávila. In *Ópera: Revista independente.* 13-02-2019. Link: <https://revistaopera.com.br/2019/02/13/o-estado-do-neoliberalismo-na-argentina/>

CARNEIRO, Marina. “Entenda a crise cambial que levou a Argentina de novo ao FMI” In *Folha de São Paulo.* 09-05-2018. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/entenda-crise-cambial-que-levou-a-argentina-de-novo-ao-fmi.shtml>

FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique* : cours au Collège de France (1978-1979). Paris: Gallimard/Seuil. 2004.

FOUCAULT, Michel, *Sécurité, territoire, population* : cours au Collège de France (1978-1979). Paris : Seuil/Gallimard. 2004.

HAMANN, Trent H. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. In. *ecopolítica*, 3: 99-133, Trad. André Degenszajn, 2012.

HILL, Christopher. *The Century of Revolution (1603-1714)*. London & New York: Routledge Classics/Taylor & Francis e-Library, 2002.

LAGASNERIE, Geoffroy de. *A última lição de Michel Foucault: sobre o neoliberalismo, a teoria e a política*. Tradução: André Telles. SP: Três Estrelas. 2013.

LAVAL, Christian, & DARDOT, Pierre. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad.: Mariana Echalar. SP: Boitempo. 2016. (Kindle Edition)

LAZZARATO, Maurizio. “Biopolítica/Bioeconomia”. In PASSOS, Izabel C. Friche (Org.). *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. BH: Autêntica Editora. 2013.

LAZZARATO, Maurizio. « Du biopouvoir à la biopolitique », *Multitudes*, 2000/1 (nº 1), p. 45-57. DOI : 10.3917/mut.001.0045

LAZZARATO, Maurizio. *O Governo do Homem Endividado*. Trad.: Daniel P. P. da Costa. SP: N-1 Edições. 2017.

LEMKE, Thomas. *Foucault, governamentalidade e crítica*. Tradução: Mário Antunes Marino & Eduardo Altheman C. Santos. SP: Editora Filosófica Politeia. 2017.

PORTO, Maria Célia da Silva. “Estado e Neoliberalismo no Brasil contemporâneo: implicações para as políticas sociais” in *IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*, UFMA/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís/MA: 25 a 28 de Agosto de 2009: s/p. Disponível em:

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf

TAVARES, M^a da C. & MELIN, L. Eduardo. “Mitos globais e fatos regionais.” In FIORI, J. L, Lourenço, M. S. & NORONHA, J. C. (Orgs.) *Globalização: o fato e o mito*. RJ: EdUERJ. 1998.

VEIGA-NETO, Alfredo. “Governamentalidade, neoliberalismo e educação” in BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Foucault: filosofia & política*. BH: Autêntica Editora, 2013.